DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.MJMS-2328/2015**
PROCESSO TC/MS	:	**TC 10977/2014**
PROTOCOLO	:	**1527696**
ÓRGÃO	:	**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**
ORDENADOR DE DESPESAS	:	**MARIA NILENE BADECA DA COSTA**
CARGO DO ORDENADOR	:	**SECRETÁRIA DE ESTADO**
ASSUNTO DO PROCESSO	:	**CONVÊNIO N. 21658/2013**
RELATORA	:	**CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**
CONVENENTE	:	**FEDERAÇÃO DE VOLEIBOL DE MATO GROSSO DO SUL**
OBJETO DO CONVENIO	:	**REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO, PARA REALIZAR A 7ª JORNADA EDUCACIONAL DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - JOERE, NA MODALIDADE DE VOLEIBOL NOS NAIPES MASCULINOS E FEMININO, ENVOLVENDO ALUNOS DE 11 A 17 ANOS, COM PARTICIPAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 16.000 ALUNOS, CONSIDERANDO TODAS AS MODALIDADES, DE 60 MUNICÍPIOS, DE 280 ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.**
VALOR DO CONVENIO	:	**R$ 67.882,00**

REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS. CONVÊNIO. CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS GUARDAM CONFORMIDADE COM AS NORMAS PERTINENTES À MATÉRIA. LEGALIDADE. CONTAS REGULARES.
Na forma do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012, c/c o artigo 171 do Regimento Interno TCE/MS, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Trata-se de **Prestação de Contas de Convênio n. 21658/2013,** celebrado pelo **Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Educação** e a **Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul - FVMS,** objetivando destinar recursos financeiros para realizar a 7ª jornada educacional da rede estadual de ensino - JOERE, na modalidade de voleibol nos naipes masculinos e feminino, envolvendo alunos de 11 a 17 anos, com participação de aproximadamente 16.000 alunos, considerando todas as modalidades, de 60 municípios, de 280 escolas da rede estadual de ensino do estado de mato grosso do sul, conforme previsto pela Cláusula Primeira do Termo (peça 6).

O valor do Convênio é de R$ 67.882,00 (sessenta e sete mil oitocentos e oitenta e dois reais), conforme previsto pela Cláusula Quarta; e, o prazo de vigência é da data da assinatura (08/08/2013) e término em 31/11/2013, conforme previsto pela Cláusula Nona.

A 6ª Inspetoria de Controle Externo analisou os autos (peça 10), e consignou que a Convenente prestou contas à Concedente dentro do prazo estabelecido, e o resumo da aplicação dos recursos apresentou a seguinte posição:

Valor do Convênio	R$ 67.882,00
Total Empenhado	R$ 67.882,00
Total Repassado	R$ 67.882,00
Total Aplicação Financeira	R$ 503,00
Total Recursos Próprios	R$ 4.560,00
Total dos Recursos	R$ 72.945,00
Total das despesas	R$ 71.942,35
Total Devolução de Recursos	R$ 1.002,65
Total da Prestação de Contas	R$ 72.945,00

Aduz, ao final, que a presente prestação de contas reúne condições para obter a aprovação desta Corte Fiscal, uma vez que atende as condições previstas no Convênio e legislação pertinente.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas lançou seu parecer (peça 12) e, no mesmo sentido, opina pelo julgamento desta prestação de contas de convênio como **contas regulares**, com lastro nas disposições do artigo 35, inciso III e artigo 59, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 combinado com o artigo 10, § 3º, inciso I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Conclusos, vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É o sucinto RELATÓRIO.

Passo a DECIDIR.

Observa-se da leitura dos autos que tanto a equipe técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo como o representante do Ministério Público de Contas apresentam posicionamento pela aprovação desta **Prestação de Contas de Convênio n. 21658/2013,** celebrado pela **Secretaria de Estado de Educação.**

Analisando o caso, verifico que assiste razão aos órgãos de apoio que pugnam pelo julgamento desta prestação de contas como **Contas Regulares**, em razão de que foram observadas as prescrições legais e normas regulamentares desta Corte Fiscal.

Há que se reconhecer que o objeto do Convenio fora atingido, e a concessão, a aplicação e a prestação de contas, guardam conformidade com as normas contidas na legislação pertinente, totalizando o valor comprovado em R$ 72.945,00 (setenta e dois mil novecentos e quarenta e cinco reais).

Ante o exposto, acompanho o entendimento da 6ª ICE e do Ministério Público de Contas e **DECIDO:**

1) - pelo julgamento desta Prestação de Contas de **Convênio n. 21658/2013**, celebrado pela **Secretaria de Estado de Educação** e a **Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul - FVMS,** como **CONTAS REGULARES,** com fulcro no artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012, c/c o artigo 171 do Regimento Interno TCE/MS, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

2) – pela comunicação do **resultado do julgamento** às Autoridades Administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012.

3) – pela remessa dos autos ao Cartório TCE/MS para as providencias regimentais.

É como **DECIDO**,
Campo Grande, 8 de abril de 2015.

Conselheira Marisa Serrano
RELATORA

Ecl.